PROJETO DE LEI Nº , DE 2018.
(Do Sr. Goulart)

Denomina “Viaduto Antônio de Pádua Perosa”, o viaduto localizado no KM 71 da BR-153, no perímetro urbano de São José do Rio Preto – SP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Viaduto Antônio de Pádua Perosa”, o viaduto localizado no KM 71 da BR-153, no perímetro urbano de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposição tem como objetivo homenagear e reconhecer a trajetória de vida de Antônio de Pádua Perosa, o “Tonho”, que nasceu em 14 de março de 1943, filho de Roberto Mário Perosa e de Teresa Ialenti Perosa e formou-se em agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós.

Esta proposição se coaduna com o Requerimento nº 151/2018, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto – SP, encaminhado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no qual solicita a denominação do viaduto, com obras em andamento, localizado no Km 71 da BR-153, como “Antônio de Pádua Perosa”.

Abaixo segue o tipo biográfico exposto no site Fundação Getúlio Vargas – FGV:

“Antônio de Pádua Perosa nasceu em Urupês (SP) no dia 14 de março de 1943, filho de Roberto Mário Perosa e de Teresa Ialenti Perosa.

Em 1962 iniciou o curso de agronomia da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, em Piracicaba (SP), concluindo-o quatro anos depois. Em 1968 tornou-se engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), permanecendo nesta função até o ano seguinte. Em 1972 tornou-se coordenador de projetos da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, exercendo o cargo até 1976. Neste ano assumiu a chefia do Departamento de

Estudos Econômicos da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), onde permaneceu até 1980.

Foi representante da Fepasa junto ao Banco Mundial, em Washington, em 1979. Quatro anos depois tornou-se assessor técnico da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Em 1984 transferiu-se, exercendo a mesma função, para a Secretaria de Transportes do estado de São Paulo, de onde se desincompatibilizou em 1986 para disputar uma cadeira de deputado federal constituinte, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no pleito de novembro daquele ano.

Elegeu-se, contando com o apoio de industriais, fazendeiros e prefeitos beneficiados por estradas vicinais construídas com sua mediação. Assumindo o mandato em 1º de fevereiro de 1987, quando se iniciaram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), integrou, como membro titular, a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; e, como suplente, a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica.

Nas votações mais importantes na ANC foi favorável ao mandado de segurança coletivo, ao turno ininterrupto de seis horas, à soberania popular, ao voto aos 16 anos, à nacionalização do subsolo, à limitação dos juros em 12% ao ano; votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a estabilidade no emprego, a jornada semanal de 40 horas, o presidencialismo, a estatização do sistema financeiro, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney; e se ausentou na votação da desapropriação da propriedade produtiva. Após a promulgação da nova Carta Constitucional (5 de outubro de 1988), voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados.

Em 1989 Perosa saiu do PMDB e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação formada por dissidentes peemedebistas. Nesta legenda, concorreu à reeleição no pleito de outubro de 1990, não logrando êxito. Com isso, deixou a Câmara em janeiro do ano seguinte, ao final da legislatura.

Dedicou-se a atividades de consultoria entre 1991 e 1993. Neste último ano, foi secretário nacional de Saneamento no governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), permanecendo no cargo até dezembro de 1994. Em 1995, assumiu o cargo de superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, no primeiro mandato do governador Mário Covas (1995-1998). Deixando o cargo em 1996, ainda nesse ano tornou-se secretário-adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do estado de São Paulo, função que desempenhou até o final de 1998. Em outubro desse ano, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados na legenda do PSDB, mas não foi bem-sucedido.

Em 1999, no início do segundo governo Mário Covas, tornou-se presidente da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP), permanecendo no cargo até 2002.

Foi nomeado pelo prefeito José Serra (2005-2006) subprefeito da Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros, em São Paulo. Foi mantido no cargo na gestão Gilberto Kassab (2006-).

Foi casado com Nísia de Oliveira Serroni Perosa, com quem teve três filhos. Casou-se pela segunda vez com Ieda Maria Bottura Areias.”

Importante considerar que esse trecho da rodovia, BR-153/SP - Travessia Urbana de São José do Rio Preto – SP, faz parte das obras do Programa de

Aceleração do Crescimento – PAC e está em fase de construção, o que não impede de prestar esta homenagem ao este ilustre cidadão.

Diante da justificativa acima apresentada, bem como da inexistência de nome ao referido viaduto, solicitamos aos nobres Pares apoio pela aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2018.

GOULART

Deputado Federal – PSD/SP